

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ESSA DEMANDA

Josicleide de Oliveira Freire

Mestra em Serviço Social pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Assistente Social da Política de Educação na rede municipal de Maceió, pela Escola Municipal Professora Sílvia Celina Nunes Lima.

<https://lattes.cnpq.br/8969989442448024>

<https://orcid.org/0000-0002-7850-6242>

E-mail: jcleide.santos@hotmail.com

Michelle Cristina Costa da Gama Farias

Universidade Federal de Alagoas- UFAL. Especialista em Gestão em Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca-ENSP/FIOCRUZ.

<https://lattes.cnpq.br/3527407500726738>

<https://orcid.org/0009-0008-0228-5704>

E-mail: michelle-gama@hotmail.com

Maria Izabel Ferreira Lima

Fundação Educacional do Baixo São Francisco Dr. Raimundo Marinho. Graduanda de Serviço Social pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM, e estagiária em Serviço Social na Política de Educação.

<https://lattes.cnpq.br/1851176109718757>

<https://orcid.org/0009-0000-8233-3826>

E-mail: maribelfrlima@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/BJE-2023.V1N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/BJE-2023.V1N2-04>

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar o papel do assistente social na política de educação, considerando como marco legal a Lei nº. 13.935, de 11 de dezembro de 2019, o qual irá prever a atuação de psicólogos e assistentes para compor equipe multiprofissionais na rede básica de educação. Destarte, o que se pretende é compreender o papel do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional; os desafios e demandas inerente às expressões da questão social, manifestas pela vulnerabilidade; o risco social; a falta de acesso às políticas públicas; a violência e o abuso, entre outras refrações.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente Social. Política de Educação. Questão Social.

THE EXPRESSIONS OF THE SOCIAL ISSUE IN EDUCATION POLICY AND THE ROLE OF THE SOCIAL WORKER IN FRONT OF THIS DEMAND

ABSTRACT: This article aims to analyze the role of the social worker in education policy, considering Law No. 13,935 of December 11, 2019 as a legal framework, which will provide for the role of psychologists and assistants to form a multidisciplinary team in the basic education network. Therefore, the aim is to understand the role of the social worker in this socio-occupational space, the challenges and demands inherent to the expressions of the social issue, manifested by vulnerability, social risk, lack of access to public policies, violence, abuse, among other refractions.

KEYWORDS: Education Policy. Social issues. Social worker.

INTRODUÇÃO

Tendo por perspectiva discutir a relação entre a questão social no âmbito escolar e o papel do assistente social frente a essa demanda, este artigo se propõe a apreender tal relação como um fenômeno que tem sua raiz nas contradições presentes nas relações sociais de produção da sociedade capitalista e no antagonismo gerado entre classe burguesa e proletária, expressos politicamente como uma das manifestações da questão social.

Nesse sentido, é importante compreender que a desigualdade social e a pobreza só se convertem em questão social no capitalismo, em virtude das determinações econômicas, políticas e da acumulação entre classes.

Assim, a questão social não corresponde a uma forma qualquer de desigualdade e pobreza, mas àquelas que têm sua existência fundada no modo de produção capitalista e que vão se expressar nos mais diversos complexos da vida em sociedade, entre eles na política de educação, objeto de nossa análise.

As expressões da questão social nesse âmbito vão se dar por meio de demandas requisitadas ao assistente social, entre elas a infrequência escolar, o contexto de violência e/ou violação de direitos, a discriminação, o abuso sexual, entre outras refrações que irão impor ao profissional desafios e a adoção de estratégias para a materialização dos direitos sociais na vida desses sujeitos.

Com isso, sendo a educação concebida para além do capital, com vistas à emancipação do gênero humano, é nessa seara que o assistente social se insere, pois compete a tal profissional entender os limites impostos, uma vez que a escola é um complexo social cujo objetivo é moldar e não desenvolver tais potencialidades.

O ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

Neste tópico, abordaremos a inserção do assistente social na política de educação, considerando que sua atuação remonta os primórdios da prática profissional, porém de modo ainda muito incipiente e gradual na educação, tendo respaldo e exigência legal a

partir da Lei nº 13.935 sancionada em 2019 (Brasil, 2019). Destarte, o que se objetiva é apresentar os desafios e a importância deste profissional nesse espaço sócio-ocupacional.

Nesse viés, importa assinalar que o conceito de inclusão do serviço social na educação tem sido tema de discussão e necessidade ao longo das últimas duas décadas. No entanto, ressalta-se que, embora se trate de um direito assegurado pela Carta Magna de 1988, revelam-se outros interesses marcados por requisições socioinstitucionais para o acesso e permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, como meio de formação e qualificação da força de trabalho, com vistas a atender as exigências do capital, assim vejamos:

A inserção de assistentes sociais na Política de Educação, ao longo das últimas duas décadas, responde sobretudo às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil. Desse modo, se por um lado resulta da histórica pauta de luta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública, por outro se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho. Inscreve-se, portanto, na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século (GT do conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação).

Ademais, é imperioso frisar que o reconhecimento deste profissional como peça fundamental na educação básica é fruto de um processo de monitoramento do conjunto CFESS-CRESS no Congresso para a tramitação dos projetos de lei, bem como em atividades que propiciaram sistematizações sobre a atuação das assistentes sociais na política de Educação. No entanto, esse reconhecimento é apenas parte de um dos obstáculos a serem superados pelo serviço social, uma vez que outros desafios se colocam para desbravamento, seja pelo processo de entendimento e mapeamento da realidade na qual se encontram inseridos — uma vez que se trata de um espaço relativamente novo de atuação, imbuído de conservadorismo —, seja pela necessidade de se legitimar perante a

equipe ou ainda pelas complexidades envolvidas na relação entre questão social e âmbito escolar.

Sendo assim, se faz necessário ter como prisma, na prática profissional, os princípios norteadores do projeto ético-político da categoria e de suas atribuições e competências na política de educação, bem como de uma atuação pautada por uma sociedade justa e igualitária, com vistas à emancipação humana.

A educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano (GT do conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação).

Nessa direção, ao tomarmos a educação como complexo constitutivo da vida social, não podemos deixar de relacioná-la com a categoria trabalho e entender seu componente ontológico como constituição do ser social. Destarte, a concepção de educação voltada ao projeto ético-político do assistente social deve primar por ser emancipadora, que permita aos indivíduos sociais o desenvolvimento pleno de suas potencialidades e capacidades, sendo vedada conduta que reproduza censura, policiamento dos comportamentos, inculcando dominação ideológica e moral aos sujeitos envolvidos.

Outrossim, é de suma importância a compreensão dos demais profissionais que fazem parte da equipe de profissionais da escola entenderem sobre o papel do assistente social, uma vez que o espaço sócio-ocupacional não contava com a atuação desse profissional, sendo ainda repleta de equívocos quanto ao seu fazer no âmbito escolar. Assim, é de significativa relevância expor quais as atribuições lhe são conferidas; por isso, deve-se compreender que o trabalho vai além da mediação de direitos junto a rede socioassistencial, inserindo-se em um contexto mais amplo de acolhimento, escuta qualificada, emissão de relatórios, visita domiciliar e criação de projetos que visem a atender alunos, professores, funcionários e familiares, além de ações sociais que visem a atender demandas identificadas. Assim,

Reafirma, portanto, a compreensão de que o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, **não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais**. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, **ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional** (Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação, *grifos nossos*).

Com isso, exige-se um profissional com competência teórica e política capaz de traduzir as demandas identificadas em estratégias e procedimentos nos mais diferentes níveis (individual e coletivo), desvelando as contradições existente na política de educação e as expressões da questão social no âmbito escolar.

Ademais, entre os desafios a serem enfrentados pela profissão nos espaços ocupacionais da atualidade, estão os vínculos e a estrutura precária, seja em relação aos contratos temporários com direitos trabalhistas relativizados, seja pela infraestrutura, recursos humanos e condições objetivas para materializar as políticas sociais a que estão vinculados, o que impõe a criação de estratégias com vistas à efetivação de espaço e direito.

Sendo assim, devemos compreender a escola não como um novo espaço, mas sim como um espaço de ampliação de nossa atuação frente às mais diversas expressões da questão social, que assim como em noutras políticas requisitam a atuação do assistente social. Os desafios se apresentam das mais diversas formas, seja na forma como esse profissional mapeia e enxerga a realidade em que se encontra inserido, seja na forma como dá resposta às demandas identificadas no processo de reafirmação constante desse espaço sócio-ocupacional como um direito conquistado e de relevância para a comunidade escolar, obstáculos que só pode ser norteado por um projeto ético-político e desbravado pelo entendimento do seu papel.

OS FUNDAMENTOS DA QUESTÃO SOCIAL

Neste tópico, explicaremos os fundamentos da questão social para assim entendermos suas expressões no âmbito escolar. Considera-se que esse termo é

historicamente datado, porque surge em um momento de desenvolvimento das forças produtivas, marcado pelo processo de industrialização e pelo pauperismo que assolava a classe proletária. É nesta fase de desenvolvimento do capital que a pobreza se manifestará como algo novo na história, haja vista que tal fenômeno era justificado pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas ou pela escassez de recursos, fato que já não correspondia a essa nova fase de desenvolvimento do capital, pois na medida em que a sociedade se mostrava cada vez mais capaz de produzir bens e serviços, maiores eram as desigualdades sociais refletidas na vida do trabalhador.

A pobreza existente no capitalismo é, portanto, diferenciada das que foram estabelecidas nas sociedades pré-capitalistas. Se antes ela era caracterizada pela escassez, agora ela é causada pelo excesso de produção de riqueza que, por sua vez, é incapaz de suprir as necessidades básicas da maioria dos sujeitos, devido a sua apropriação privada pela classe dominante. Desse modo, a pauperização na sociedade do capital é resultado das condições que poderiam erradicá-la, pois o capitalismo possibilitou a produção generalizada e crescente de bens e serviços.

Segundo Netto (2012), a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Quanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente.

Entender esse fenômeno em tela passou a ser pauta para vários filantropos e críticos sociais, que se debruçaram sobre o estudo da problemática que emergia na sociedade, o que favoreceu um amplo acervo documental sobre o tema. Para os ideólogos, ela apresentava-se contrária aos ideais de igualdade antes proclamados na revolução burguesa, vindo também a ser objeto de discussão de muitos pensadores das mais diversas tendências.

De acordo com Pimentel (2011), é no momento em que os trabalhadores passam a reagir quanto às suas condições de vida, geradas pelo pauperismo, vindo a organizar-se, é que este fenômeno passa a ter uma conotação política, recebendo então a alcunha de questão social. Tal expressão, segundo a autora, muito usual entre o pensamento

conservador, está impregnada de vários sentidos na sua interpretação, sendo descaracterizado do seu sentido lato. No entanto, este termo é comumente “associado a expressões da precariedade de vida das classes populares e aos riscos que a luta dos trabalhadores contra a exploração representava para a sociedade” (Pimentel, 2011, p. 170).

Ainda segundo a autora, é com as condições econômico-sociais e políticas que surge a questão social, pois essas condições estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas, que se deu com a expansão do industrialismo, mais a ampliação dos mercados no século XIX. Tais fatores irão se expressar na esfera econômica como uma alteração radical nos processos produtivos, com reflexo nas relações. Com a incorporação de máquinas no processo produtivo, haverá uma concentração de mão de obra nas cidades, exigindo o disciplinamento das fábricas. Isso repercutirá significativamente nas condições de vida e trabalho na vida do operário, sejam nos termos materiais ou políticos.

Assim, é no período da Revolução Industrial que a pobreza surge como questão social, enquanto manifestação política das contradições emergentes do conflito entre capital e trabalho.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado (Iamamoto; Carvalho, 2007, p. 77).

A “questão social”, portanto, apresenta-se como uma forma articulada entre o problema da pauperização dos trabalhadores e a questão política manifesta na sua reação às precárias condições de vida e de trabalho da sociedade industrial nascente (Pimentel, 2007, p. 154).

Tais condições econômicas observadas por Pimentel (2011) foram tratadas por Marx no livro *O Capital* (1984), no qual o autor analisará o caráter revolucionário e contraditório do capitalismo: revolucionário, por conferir uma evolução nos processos produtivos; mas contraditório, em virtude das necessidades humanas estarem condicionadas à forma de mercadorias. Em um dos trechos de *O Capital*, mais especificamente no capítulo em que trata da grande indústria, expõe que “é removido o

motivo técnico da anexação do trabalhador a uma função parcial, por toda a vida. Por outro lado, caem as barreiras que o mesmo princípio impunha ao domínio do capital” (Marx, t.1, 1996, p. 482 *apud* Pimentel, 2011, p. 171).

Com isso, Marx (1996 *apud* Pimentel, 2011) nos explica que o trabalho no modo de produção capitalista perde sua essência ontológica, tornando-se abstrato, porque o trabalhador passará a se constituir como mais um processo — uma ferramenta, como ele mesmo diz —, um apêndice, na produção de mercadorias. Outro aspecto reside naquilo que se deve produzir, estando orientado a produzir apenas aquilo que se apresente lucrativo para o capital; ou seja, “os valores de uso são produzidos somente enquanto portadores de valores de troca” (Pimentel, 2011, p. 171). Além disso, será constituída como força motriz para o capital a produção de um valor maior, que é a soma dos valores de todas as mercadorias produzidas. Esse mais valor — ou mais-valia — tem como fonte de extração o trabalho humano: é nela que se encontra a base para a desigualdade social, a partir da industrialização. Supri-la seria “colocar o desenvolvimento das forças produtivas a serviço do homem, e não do capital” (Pimentel, 2011, p. 171), por isso sua superação está condicionada à supressão desse modo de produção.

De acordo com Pimentel (2011), o capitalismo criará uma classe de operários cuja necessidade não será atendida, em que os interesses entre operários e burgueses serão contraditórios, e que competirá ao último a detenção dos meios de produção. Na concorrência entre as máquinas, dada com o processo de industrialização, restará o saldo de um excedente na mão de obra, o rebaixamento dos salários e a longa jornada de trabalho, muito acima das condições físicas do trabalhador, o que implicará um brutal pauperismo na vida dos trabalhadores, os quais terão suas condições de vida material e espiritual expropriadas. Essa expropriação gerará a riqueza mediante a extração da mais-valia realizada por seus expropriadores. Diante disso, restará ao trabalhador o ingresso de sua família no mercado de trabalho. É nesse período que mulheres e crianças passaram a trabalhar, no sentido de ampliar a renda familiar, a fim de garantir ainda que precariamente sua sobrevivência. É esta nova pobreza que se configura na sociedade como objeto de apreensão de muitos pensadores, conforme outrora mencionado, das mais variadas tendências.

Mas a ênfase dada pela ideologia dominante será sempre no sentido de que a questão social é um fenômeno natural, e que qualquer que seja a forma de sociabilidade, ela não é suprimível. Esta naturalização do problema transfere ao indivíduo a culpa de problemas que seriam da responsabilidade do Estado, tais como a pobreza, o desemprego, dentre outros.

De acordo com Pimentel (2011), Marx, ao expor a situação dos operários nesta fase de acumulação do capital, revela como se dava o tratamento à questão social, ao relatar que entre 1855 e 1866 o número de indigentes na Inglaterra havia aumentado, sendo submetidos à caridade pública e aos horrores do *workhouses*. Além disso, havia a grave situação de subnutrição, que recaía especialmente sobre mulheres e crianças trabalhadoras agrícolas. Mas Marx não apenas retratou as péssimas condições de vida do trabalhador nesse período, como inclusive explicou seu fundamento, ao tratar da lei geral de acumulação do capital. Nela, ele

Desvenda o fenômeno originário do pauperismo, da maneira como ele constitui uma das expressões primeiras daquilo que se convencionou denominar questão social, considerando a dimensão imanente ao conflito de classes no capitalismo, manifesta na desigualdade social (Pimentel, 2011, p. 174).

A expressão questão social, no sentido político, se deu com a ameaça dos interesses das classes dominantes, mais precisamente quando os operários passaram a reivindicar melhores condições de vida, através das lutas sociais; foi então que a questão social ganhou relevo e pôs exigências de atuação por parte do Estado, que se recusava a agir sobre a problemática em questão.

É nesse momento que o movimento socialista cumpriu um grande papel, o de reivindicar melhores condições de vida e trabalho. Mas, para esse movimento, melhores condições seria o sinônimo de satisfação de carências. Assim sendo, a pauta de reivindicações gravitou nas seguintes exigências: ensino obrigatório e regulamentação do trabalho de mulheres.

Nesse cenário de pressões, também atuaram os sindicatos e partidos políticos, exigindo do Estado sua interferência na economia e no social, isto é, na regulamentação no mercado de trabalho e na implementação de medidas que visassem a melhorar as condições de vida e trabalho do trabalhador; foram criadas as comissões de investigação

do trabalho de crianças, adolescentes e de mulheres na agricultura, bem como uma legislação fabril regulando as relações de trabalho.

Netto (2012, p. 156) analisa que a consciência política dos trabalhadores contribuiu significativamente para a alteração de sua condição de “*classe em si a classe para si*”. Portanto, a questão social, como expressão desse movimento político dos trabalhadores, pode ser entendida como uma manifestação da contradição e dos antagonismos das classes fundamentais: burguesia e proletariado. Segundo Yamamoto e Carvalho (2007, p. 77), que afirmam essa tese: “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”

Apesar de as lutas sociais constituírem-se como um obstáculo à expansão do capital, impondo-lhe respostas, tais demandas foram encaradas como um problema que não dizia respeito ao Estado, que vinha de uma ideologia liberal, avessa à intervenção, no que tange ao social; isso ocorre porque “o capitalismo concorrencial não exigia um Estado intervencionista nos moldes que se delimitaram no século XX, quando são criados os mecanismos legais e institucionais de intervenção para a reprodução da classe trabalhadora” (Pimentel, 2011, p. 176).

Sendo assim, inicialmente esta competência coube ao catolicismo social, que “atuará no espaço que se abrirá entre a recusa do Estado em assumi-la e a incapacidade das chamadas classes inferiores de decidir sobre seu destino” (Castel, 1999, p. 319 *apud* Pimentel, 2011, p. 176-177). Entretanto, a atuação da igreja apresentava cunho moralizador, centrada em três níveis: assistência aos indigentes, desenvolvimento de poupanças e de previdência voluntária e instituição patronal.

É na passagem do estágio concorrencial para o estágio monopolista que as funções do Estado irão se ampliar, sendo ele, portanto, imprescindível para a manutenção do capital, que terá como objetivo a estagnação da economia. Ao Estado também será atribuído intervir na questão social, momento este em que:

O Estado social, que tem como expressão máxima o *welfare state*, se caracterizará pela aquisição de múltiplas funções, tornando-se, inclusive, permeável às demandas das classes trabalhadoras. Isso resultará também em direitos sociais, mecanismos que ocultam

contradições de classe pela atenuação dos conflitos e, de certo modo, favorecem a reprodução dos trabalhadores. Entretanto o fim último consiste em assegurar o pleno desenvolvimento do capital monopolista (Pimentel, 2011, p. 178).

Fundamentando a contradição entre capital e trabalho, que possui dentre algumas de suas características a produção privada e a divisão de classes, a questão social é responsável por produzir este fenômeno que passa a ser objeto de intervenção do Estado. Vale ressaltar que a atuação do Estado não possui como finalidade resolver o problema, mas sim administrar o conflito entre as classes. A desigualdade social e a pobreza só se convertem em questão social no capitalismo, em virtude das determinações econômicas, políticas e da acumulação entre classes. Assim, a questão social não corresponde a uma forma qualquer de desigualdade e pobreza, mas àquelas que têm sua existência fundada pelo modo de produção capitalista e que vão se expressar nos mais diversos complexos da vida em sociedade, no caso em apreço na política de educação através das demandas que são requisitadas ao assistente social.

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL

Neste tópico, abordaremos o papel do assistente social na política de educação frente às respostas dadas às expressões da questão social que chegam em formas de demandas institucionais.

Partindo do pressuposto de que a pobreza existente no capitalismo é diferenciada das que foram estabelecidas nas sociedades pré-capitalistas, uma vez que antes ela era marcada pela escassez de produtos e atualmente é caracterizada pelo excesso na produção de riqueza, com a dicotomia entre aqueles que se apropriam da riqueza e os que não conseguem garantir suas necessidades básicas, a pauperização, assim como outras refrações da questão social na sociedade do capital, é resultado das condições que poderiam erradicá-la, pois o capitalismo possibilitou a produção generalizada e crescente de bens e serviços.

No entanto, o que se observa nos ambientes educacionais é uma ampla gradação da expressão da questão social¹, manifesta pela pobreza, baixas taxas de frequência, discriminação, violência, e necessidade de ações e projetos que contribuam para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, além do contexto de violência e exploração sexual, que se colocam como desajustes de ordem familiar, quando na realidade fazem parte do resultado nefasto do conflito entre capital e trabalho.

Importa frisar que o perfil desse público, em sua maioria, é composto por pessoas inseridas em vínculos de empregos precários, desempregadas, beneficiárias dos programas de transferência de renda, com histórico marcado por violência e privação, e que portanto se faz necessário um olhar diferenciado, o que condiz com a legislação que norteia a atuação do assistente social.

Cumprе assinalar, que a intervenção do assistente social frente a tais demandas contribui para a promoção de direitos, mediante acesso à rede de atenção, bem como ações com vistas à inclusão social e emancipação dos sujeitos envolvidos. Assim como retrata o CFESS (2001, p. 12), nos seguintes termos:

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar.

É através da atuação desse profissional que são realizadas mediações referente à infrequência escolar, contribuindo não só para a redução da evasão escolar, mas para que, a partir dos atendimentos realizados, se identifiquem outros direitos que possam estar sendo violados e que repercutam no dia a dia escolar, seja por privações, contexto de violência, entre outros.

Diante do que fora exposto, o papel do assistente social é amplo nesse espaço sócio-ocupacional, uma vez que atua ativamente na perspectiva de direitos. Por isso, o Serviço Social inserido na educação tem significativas contribuições, seja ao conferir um direito

¹ A questão social, cuja gênese é o conflito capital-trabalho, possui atualmente expressões múltiplas (pobreza, desemprego, violência, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, trabalho precário, dificuldade de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, falta de moradia, violação dos direitos das crianças e entre outros).

estampado no Estatuto da Criança e Adolescente, bem como naquilo que preconiza a Constituição Federal de 1988, a qual assevera a educação como direito de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de produção capitalista está assentado no conflito entre capital e trabalho e possui, dentre suas características, a produção privada e a divisão de classes, e se manifesta no fato de o trabalhador não usufruir da riqueza por ele produzida, mas, ao contrário, ter suas condições de vida e trabalho precarizadas, visto que, na mesma proporção que o capitalista acumula riquezas, são intensificadas as formas de exploração para com a classe trabalhadora.

Sendo assim, o trabalhador cada vez mais sofre com as sequelas da questão social, tais como o desemprego, o pauperismo e a violência, que se manifestam nos complexos da vida em sociedade, entre eles o escolar.

As expressões da questão social nesse âmbito se refletem, com a infrequência escolar, pela dificuldade de acesso às políticas públicas, por privações, práticas discriminatórias, abuso e violência, o que impõe a necessidade do assistente social frente a essas demandas, uma vez que, conforme assevera o código de ética da profissão, a assistência social prima pela defesa intransigente dos direitos humanos, recusa do arbítrio e do autoritarismo e empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças, entre outros princípios firmados pela categoria.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13935.htm>. Acessado em: 02 jan. 2024.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4^a. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARX, K. *O Capital*. Vol. I, Tomo 2. São, Paulo: Abril Cultural, 1984.
- NETTO, J. P.. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTEL, E. *Uma nova questão social? Raízes materiais e humano-sociais*. Alagoas: Editora da Universidade Federal de Alagoas/Edufal, 2007.

PIMENTEL, E. Questão social: novas formas, velhas raízes. In. COSTA, G. M. da. (Org.) *Serviço Social em debate: ser social, trabalho, ideologia*. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 169-196.

GT DO CONJUNTO CFESS-CRESS Serviço Social na Educação. *Trabalho e projeto profissional nas Políticas Sociais*. Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação.

Submissão: setembro de 2022. Aceite: outubro de 2022. Publicação: abril de 2023.